



1946-2012

António Alves  
**MARQUES JÚNIOR**

Homenagem ao “Deputado Capitão de Abril”

“Nunca houve uma Revolução tão bela, tão generosa e tão fraterna como a do 25 de Abril.”

Discurso na Assembleia da República, 25 de abril de 1986.

“Que honra maior, depois de ter tido a legitimidade revolucionária, ter agora a legitimidade do sufrágio popular para ser um dos representantes do povo português nesta Casa?”

Discurso na Assembleia da República, 25 de abril de 1986.

“E se recordamos e saudamos o 25 de Abril assinalando o que ele foi e representou, o que ele é e representa, importa salientar que a sua simbologia, a sua força, a sua esperança continuam e desenvolvem-se nos jovens, dignos da juventude em tudo o que ela representa e sempre representou, para os quais vão as minhas últimas palavras – porque hoje, como ontem, o 25 de Abril é, sobretudo, amanhã.”

Discurso na Assembleia da República, 25 de abril de 1986.

“Todavia, persiste uma situação dolorosa para todos nós, que é o caso de Timor-Leste. Gostaria de, desta tribuna e neste dia, lançar um grito de apelo a todo o mundo para que se encontre uma solução digna para o caso de Timor-Leste, onde uma cultura está a ser destruída e um povo está a ser objeto de um verdadeiro genocídio. Enquanto o povo maubere não for livre, a Revolução portuguesa está incompleta e Abril não está cumprido.”

Discurso na Assembleia da República, 25 de abril de 1990.

“Não basta que haja liberdades civis e políticas, é necessário que todos os portugueses tenham condições de vida minimamente dignas para poderem usufruir, no concreto, da sua liberdade. Enfim, é preciso que não haja, na prática, portugueses de primeira e de segunda, mas que todos sejam portugueses com igualdade de oportunidades e com a mesma dignidade de cidadãos de um país livre.”

Discurso na Assembleia da República, 25 de abril de 1990.

“Neste dia de comemoração, não podemos esquecer a grande responsabilidade que recai sobre todos nós e que nos obriga a encontrar soluções que permitam minorar as dificuldades por que passam os portugueses, em particular os mais desfavorecidos, os injustiçados e aqueles que vivem o drama ou o limiar do desemprego.”

Discurso na Assembleia da República, 25 de abril de 2009.

“Sem nevoeiro, sem Quinto Império, impõe-se dizer, recordando Pessoa: ‘É a hora’, na fidelidade ao espírito e ao legado da Revolução de 1974, cumprindo inteiramente, até ao fim, o 25 de Abril e Portugal.”

Discurso na Assembleia da República, 25 de abril de 2009.



1946-2012

António Alves  
**MARQUES JÚNIOR**

Homenagem ao “Deputado Capitão de Abril”

“Não vos vou falar da crise, económica ou financeira, nem sequer da dos valores, embora seja, neste momento, a questão que a todos tanto preocupa. Também não vou falar da *desregulação* mundial e das suas consequências, nem das guerras, das armas, dos genocídios, da fome, das injustiças no mundo e dos seus grandes responsáveis.

Vou simplesmente falar da liberdade do 25 de Abril e do compromisso que ele representou, e continua a representar, para todos aqueles que acreditam que é necessário concretizar o sonho e a utopia que esse dia trouxe a Portugal e a muitos países do mundo.”

Discurso na Assembleia da República, 25 de abril de 2009.







## Marques Júnior, apontamento biográfico

António Alves Marques Júnior era o mais velho de quatro irmãos. Nasceu a 3 de julho de 1946, em Choca do Mar, Calvão, concelho de Vagos. O pai era guarda-florestal, tendo exercido aí a sua atividade.

Aos dois anos de idade, a família regressou a Leiria (terra natal dos pais), seguindo, algum tempo depois, para a vila da Marinha Grande, no Pinhal de Leiria, lugar do Pinhalinho, numa casa da guarda perdida nas matas, a cerca de 4 km de São Pedro de Moel. Aqui iniciou a escolaridade obrigatória, no ano de 1953, deslocando-se pelos pinhais para ir à escola, sozinho e descalço.

Em consequência da colocação do pai no Tremelgo, o ensino primário foi completado na escola da Fonte Santa (1954-1957). Terminada a escola primária, e como não havia possibilidades económicas para prosseguir os estudos, não fez o exame de admissão ao liceu. Parecia que só uma saída existia – a ida para o seminário.



Família Marques em Viana do Castelo, 1968.



Na escola primária, 4.ª classe, 1957.

Contudo, graças à persistência e ao empenho da mãe e também à solidariedade do dono do Externato Afonso Lopes Vieira, Sr. Sobral, tornou-se possível a continuação dos seus estudos. Foi aqui que, entre 1957 e 1963, fez os estudos até ao 5.º ano. Conheceu, então, vários professores que o marcaram, tendo mantido uma amizade muito forte com o diretor, monsenhor Luciano Guerra. Foi também nesta altura que tomou contacto mais direto e mais profundo com o mundo do trabalho, já que, enquanto estudava, trabalhou na Fábrica Escola Irmãos Stephens (Fábrica Velha), num forno de cal e nas matas florestais.

Em 1959, a família mudou-se para os arredores da Marinha Grande e uma nova alteração na vida de estudante ocorreu em 1963, motivada pela colocação do pai em Viana do Castelo. O local da residência era de uma grande beleza – o Monte de Santa Luzia. Porém, sendo o meio de transporte o elevador, que só começava a funcionar depois do início das aulas, era obrigado a descer, todas as manhãs, a longa escadaria que liga o Monte de Santa Luzia à cidade de Viana.

Prosseguiu os seus estudos, primeiro no Colégio do Minho e depois no Liceu Nacional de Viana do Castelo, tendo concluído o ensino secundário em 1966.

Nesta cidade, integrou-se em vários movimentos juvenis e cívicos que discutiam os problemas da juventude e do país. Desse convívio ficaram laços que perduraram para sempre.

Em 1966, candidatou-se e foi admitido na Academia Militar, aqui terminando o curso de Infantaria em 1970. Ingressou na Escola Prática de Infantaria para fazer o tirocínio para oficial e, em 14 de agosto de 1971,



Durante a comissão que fez em Angola, 1972.



Com a sua mulher Luísa, no dia do casamento, 20 de abril de 1974.



Com a sua mulher Luísa, em Viana do Castelo, 22 de abril de 1974.





O casal, António e Luísa, com a sua filha Filipa, dezembro de 1977.



Na festa do final de curso da filha Filipa, 1995.



O casal de avós com a neta Luísa, no dia do aniversário da filha, 16 de dezembro de 2012.

foi formalmente promovido ao posto de alferes, iniciando a sua carreira militar como oficial da Arma de Infantaria.

Foi nesse ano que Marques Júnior conheceu aquela que viria a ser a sua mulher, Luísa, natural de Chaves, a qual tinha iniciado então os seus estudos universitários em Lisboa. Conheceram-se em Mafra, através de um seu camarada de curso e futuro cunhado.

Após um namoro de três anos, marcado pela comissão militar em Angola e conseqüente separação, diariamente alimentada com “aerogramas”, trocando notícias da guerra e do ambiente estudantil da época, casaram-se a 20 de abril, poucos dias antes do 25 de Abril de 1974. O casamento, em Chaves/Vidago, com a presença de alguns dos militares envolvidos no 25 de Abril, foi também uma oportunidade para, nos dias imediatamente anteriores à Revolução, Marques Júnior estabelecer os últimos contactos necessários com outras unidades, aproveitando para isso o regresso a Lisboa.

O envolvimento de Marques Júnior na Revolução de Abril marcou para sempre o jovem casal, sobretudo os primeiros anos de vida a dois, influenciada pela intensidade vivida no processo político do pós-25 de Abril.

Em dezembro de 1977, nasceu a única filha do casal, Filipa, a quem Marques Júnior sempre transmitiu os seus sonhos e princípios de vida, bem como todos os ideais subjacentes ao espírito de Abril. Desde muito cedo, o casal e a filha podiam ser vistos nos desfiles do 25 de Abril, na Avenida da Liberdade, tendo Marques Júnior um imenso orgulho na partilha familiar da festa de Abril.

Em casa, Marques Júnior sempre contou com a compreensão da mulher e da filha no seu desempenho e percurso profissional, referindo-as sempre, em público e em privado, como o seu grande apoio e porto de abrigo.

Homem com uma enorme ligação à família, assistiu, em agosto de 2012, cerca de quatro meses antes da sua morte prematura, ao nascimento da neta Luísa, anunciando, com imensa alegria, a todos com quem convivia, que ser avô era o papel mais importante que desempenharia até ao fim da sua vida.



Na manifestação do Dia da Liberdade, em Lisboa, com Vasco Lourenço, Luísa e Filipa, 25 de abril de 1990.

## Marques Júnior, capitão de Abril

Antônio Alves Marques Júnior tinha 27 anos no 25 de Abril de 1974. Era jovem, sonhava com um Portugal livre e elegia, como princípios de vida, a intransigência quanto aos valores e a tolerância quanto às convicções de cada um. Faleceu a 31 de dezembro de 2012, em Lisboa, com 66 anos. Era jovem, continuava a sonhar com um Portugal livre, e ainda elegia, como princípios de vida, a intransigência quanto aos valores e a tolerância quanto às convicções de cada um. Todo o seu percurso cívico é exemplar.

Teve um princípio de vida muito difícil. Aprendeu o valor do trabalho, do esforço individual, da solidariedade e do respeito pelo outro. Criou-se num mundo em mudança, mas resistiu sempre ao afrouxamento dos pilares da sua conduta – a liberdade, a justiça, a honestidade, a coerência e a modéstia.

Em 1966, ingressou na Academia Militar, com 20 anos, um pouco mais velho do que a maior parte dos seus camaradas de curso. Essa circunstância, acrescida às suas qualidades de trabalho e à superior capacidade intelectual, granjeou-lhe a admiração e o respeito de todos. Facilmente foi reconhecido como chefe de curso. Nos seus documentos militares ficou registada uma informação pouco vulgar, em que se lê: “Chegam até ao comandante do Corpo de Alunos da Academia Militar, ultimamente e de todas as origens, as mais elogiosas referências ao cadete Marques Júnior pela sua constância na prática de autênticas virtudes militares, sua modéstia, seu desembaraço e, especialmente, pela honestidade de processos que o curso deliberadamente adotou como norma permanente.”

Optou pela Infantaria, a rainha das armas, o que o levou a Mafra e à Escola Prática de Infantaria, a fim de frequentar o respetivo tirocínio para oficial.

Já como alferes, foi mobilizado para uma comissão militar em Angola, em 1971-72, regressando à Escola Prática de Infantaria, onde se manteve até ao 25 de Abril.

Neste curto período, fez a sua aprendizagem política de base, na companhia de muitos dos seus camaradas de armas, em vertiginosa caminhada que partiu de uma difusa consciência sobre a situação de Portugal, do regime que o governava, e das políticas que mantinham o povo prisioneiro e ameaçado por uma longínqua guerra sem solução, até à madrugada redentora. Até que chegou o dia “inteiro e limpo”, que se tornou referência de vida de muitos dos que nele participaram, mas sobretudo de Marques Júnior.

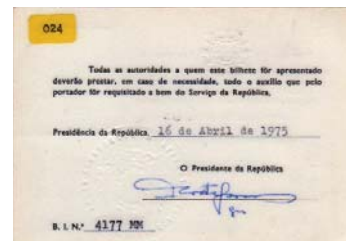
Com o seu prestígio intacto, Marques Júnior manteve a capacidade de representação do seu curso, transportando para o Movimento dos Capitães, desde o primeiro momento, um peso que só a muito poucos foi reconhecido. As suas opiniões traziam a força de uma retaguarda firme, decidida e pronta para cumprir uma missão inevitável e progressivamente exigida.



Cadete da Academia Militar, 1969.



Com os camaradas do curso de Infantaria, no final do curso da Academia Militar, 1969.



Cartão do Conselho da Revolução, assinado pelo presidente, general Costa Gomes, 1975.

Esteve presente nas primeiras reuniões de oficiais, incluindo em Alcáçovas, a 9 de setembro de 1973, como tenente, vindo a ser eleito para a primeira comissão coordenadora do Movimento, em Óbidos, no dia 1 de dezembro, em representação da Infantaria e da sua Escola Prática. Nunca mais deixou de estar presente nas grandes decisões sobre o rumo do Movimento, em especial na decisão de derrubar o regime através de uma ação militar. Numa conversa publicada mais tarde, Sousa e Castro e Candeias Valente recordam uma atitude que lhes ficou na memória:

*“Candeias Valente – As pessoas estavam (...) preocupadas (...) e então houve uma intervenção importante do Marques Júnior...”*

*Sousa e Castro – Ele dizia que ou se fazia imediatamente alguma coisa, ou então era a própria Escola Prática de Infantaria que fazia...*

*Candeias Valente – Exato, isso mostra uma atitude radical, mas também mostra o espírito e a vontade de avançar que vinha da parte dele...*

*Sousa e Castro – Porque ele dizia assim: – ‘Ou vocês fazem, ou nós, os tenentes de Infantaria, vamos para a frente’”*  
(Joana Pontes, *A Hora da Liberdade*, p. 88).

Chegou, enfim, a madrugada libertadora, ponto alto na vida dos militares de Abril de que Marques Júnior sempre fez parte. Muito poucos hesitaram na hora decisiva e o Movimento das Forças Armadas (MFA), ao som de *Grândola Vila Morena*, arrancou para um combate decisivo, disposto a vencer onde tantos tinham falhado.





Vasco Lourenço, Marques Júnior e Ramalho Eanes no quartel da Amadora no rescaldo do 25 de Novembro, 30 de novembro de 1975.

Fotografia de Rui Ochôa/Expresso.



Delegação do Conselho da Revolução (Franco Charais, Marques Júnior e Vítor Alves) no Congresso do PSD, 1978.

Bastaram algumas horas para que a coragem, a competência e a determinação de um punhado de militares derrubassem uma longa ditadura de 48 anos e dessem início a um novo regime, em que a Liberdade, a Democracia e a Paz se ergueram como valores definitivos. Marques Júnior viveu empolgado, como tantos portugueses e todos os militares de Abril, estes primeiros dias da Revolução dos Cravos, que tão orgulhosamente invocaria pela vida fora.

Passados os dias de euforia, e quando o Movimento das Forças Armadas se organizava para participar na transição política necessária, Marques Júnior nunca deixou de pertencer ao órgão máximo da sua estrutura – Comissão Coordenadora, Conselho dos Vinte, Conselho da Revolução. As suas opiniões, ponderadas e sempre preocupadas com os equilíbrios no seio do MFA, eram escutadas com atenção e apreço, sendo frequentemente decisivas para sustentar ou alterar o rumo dos acontecimentos.

Ainda os ecos da ação militar do 25 de Abril se ouviam, o MFA procurava a fórmula adequada para o seu envolvimento no processo que se iniciava, e já o tenente Marques Júnior era nomeado representante do MFA junto do governador militar de Lisboa, como genuíno defensor dos princípios do Movimento das Forças Armadas e do seu programa.

Contudo, a primeira ideia do jovem tenente tinha sido a de recolher à sua unidade de origem, terminada a ação libertadora do 25 de Abril. No entanto, não hesitou quando foi chamado a tomar parte no envolvimento dos militares no exercício do poder, integrando a Comissão Coordenadora do Programa do MFA, e passando mais tarde ao Conselho da Revolução, como o seu mais jovem membro.

Aí viveu todos os sobressaltos do processo que se desenvolveu na sociedade portuguesa, com as dúvidas e as certezas que o empenho dos militares implicava. Nunca afrouxou a sua determinação na construção de

um regime democrático e no entendimento de que a intervenção dos militares deveria ser temporária. Nunca desistiu de envolver todos os seus camaradas numa solução consensual. Nunca esmoreceu nas suas convicções, acompanhando sempre aqueles que continuaram a lutar por um regime democrático, livre e mais justo.

Marques Júnior foi construindo pontes, restabelecendo diálogos, explicando razões e evitando confrontos. Nos momentos mais críticos, ocupou o centro do furacão, criou caminhos de aproximação e atenuou radicalismos. Viveu intensamente todas as horas do processo revolucionário, como uma missão imperiosa que impôs a si próprio e com a qual todos pareciam contar. Nesses dias emergiram as suas qualidades de homem, de cidadão e de militar – coragem e prudência, serenidade e determinação, persistência e tolerância.

Marques Júnior deixou uma marca pessoal nos dias mais difíceis do pós-25 de Abril, unanimemente reconhecida e por todos aplaudida. Toda a sua vida posterior ficou prisioneira (felizmente prisioneira) dessa marca inicial, como uma exigência a si próprio, mas também como uma exigência dos outros, e da qual Marques Júnior nunca pôde (nem quis) libertar-se.

Escreveria Marques Júnior mais tarde: “A crise do verão de 75 será na História de Portugal um marco que dará origem a interpretações várias. Haverá vencidos e vencedores, bons e maus, políticos e politiquieiros, verdades e mentiras, mas... houve sobretudo dramas vividos por uns e por outros, cujos reflexos durante muito tempo se farão sentir!...” (José Gomes Mota, *A Resistência*, p. 220).

No trajeto destes anos, destacam-se algumas missões cumpridas com um grande sentido do dever e um grato sentimento de satisfação pessoal.

Em 1977, presidiu às comemorações oficiais do 3.º aniversário do 25 de Abril, pela primeira vez comemorado como Dia da Liberdade. Ficou na lembrança a grande exposição “Da Resistência à Libertação”, levada a efeito no Museu de Arte Popular, em Belém, e dirigida por João Medina. Foi uma manifestação cultural de grande impacto, tornada possível com o firme apoio e incentivo de Marques Júnior, iniciativa que sempre recordou com orgulho.

Em 1982, já próximo do fim do período de transição, dois acontecimentos deixaram em Marques Júnior uma lembrança perene – a entrega das estrelas de general ao capitão João Sarmento Pimentel, na sua casa em São Paulo, no dia 25 de abril desse ano, e a sua condecoração com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade pelo presidente da República, general Ramalho Eanes, pela primeira vez atribuída a um militar de Abril.

A viagem a São Paulo, com passagem pelo Rio de Janeiro, foi um encontro comovente com portugueses e brasileiros, em que Marques Júnior, longe das tensões quotidianas de um período desgastante, se deixou envolver, como representante legítimo dos heróis do 25 de Abril, que agora todos podiam ver, ouvir e apreciar. O encontro com o capitão foi um encontro de gerações, ali representadas por dois lutadores dos extremos temporais da resistência – ficaram frente a frente o primeiro combate, de 1927, e o último, de 1974. E reconheceram-se de imediato, na alegria de terem finalmente alcançado a Liberdade.

A condecoração com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, atribuída ao membro mais jovem do Conselho da Revolução, simbolicamente representando os capitães de Abril, foi, porventura, um dos momentos mais



Condecoração com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, 15 de novembro de 1982.

altos da sua vida, para sempre guardado no seu coração. Diria Marques Júnior nessa ocasião: “Recebo esta condecoração em nome dos soldados e marinheiros, sargentos e oficiais que cumpriram em 25 de Abril de 1974 a sublime e honrosa missão de devolver a liberdade ao nosso povo. Em nome sobretudo dos que, entre eles, os capitães de Abril sem nome e sem rosto, sem a glória efémera das luzes da ribalta política, guardam pelo seu trabalho persistente e exemplar, no seio das Forças Armadas, a esperança de Abril e a certeza da Liberdade.” (Extrato do discurso de António Marques Júnior na cerimónia de entrega da Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, 1982).

Terminado o Conselho da Revolução e cumpridos o desejo e a promessa dos capitães de Abril de devolver por inteiro ao povo português a sua plena capacidade de construir e sustentar a democracia, Marques Júnior manteve, ainda, a pretensão de regressar ao Exército e à sua Escola Prática de Infantaria. Talvez não contasse que tudo tinha mudado. Mudara o Exército e mudara o jovem tenente, agora capitão, porque o tempo e os acontecimentos são inexoráveis.

Ainda assim, ficou três anos no Exército, entre 1982 e 1985, fazendo questão de demonstrar a sua capacidade de adaptação a novos tempos e enfrentando, dia a dia, os inevitáveis compromissos pessoais a que se sentia obrigado e as subtis exigências dos seus pares.

Demonstrado o que tencionara demonstrar, ou seja, que nunca perdera a ligação à sua origem, e que se mantivera capaz de assumir as modestas funções de um capitão de Infantaria (escolas de recruta, instrução,



Moção de censura do PRD, 3 de abril de 1987.

serviço diário), e apesar dos invulgares três louvores que esse período lhe proporcionou, Marques Júnior entendeu que a sua contribuição para a ação política não havia chegado ao fim, antes tinha ainda muito para dar.

Foi com este entendimento que decidiu terminar a sua carreira militar e solicitar a passagem à reserva, o que aconteceu em março de 1985.

António Marques Júnior iniciou, então, uma vida nova, não completamente estranha, porque durante sete anos ocupara um cargo político como conselheiro da Revolução, mas de natureza diferente, de cariz partidário, enquanto dirigente de um partido novo – o Partido Renovador Democrático (PRD), constituído sob os auspícios de Ramalho Eanes, que estava prestes a terminar o seu segundo mandato como presidente da República.

Dissolvido o Parlamento nesse ano e marcadas eleições legislativas, o PRD alcançou quase 18% dos votos e Marques Júnior foi eleito deputado pelo círculo de Setúbal, entrando no Parlamento para a IV legislatura, no dia 4 de novembro de 1985.



## Marques Júnior, deputado



No Parlamento na bancada do PRD, em 1986.



Comemoração do 25 de Abril de 1986.

Marques Júnior, ao usar da palavra pela primeira vez no hemicíclio, em 26 de novembro de 1985, começou por recordar “todos os democratas que na luta pela liberdade tornaram possível que em Portugal se viva em democracia”, para logo acrescentar: “Perdoe-se-me que refira, de entre todos, os militares de Abril, em especial aqueles de quem ninguém sabe o nome e que, indiferentes às luzes da ribalta política, discreta e humildemente, são ainda hoje um dos garantes da democracia em Portugal.”

“Permitam-me, ainda, uma nota pessoal para exprimir a minha grande satisfação e emoção, para não dizer orgulho, por me encontrar no meio de vós, coroando, no fundo, aquilo que para mim representa a essência da minha intervenção em 25 de Abril de 1974. Nesse dia foi a Revolução necessária pela qual o povo português tanto ansiava.”<sup>1</sup>

Eleito pelos seus pares para o cargo de vice-presidente da Assembleia da República, dirigiu os trabalhos do Plenário de forma equânime, mas também lhe coube subir com frequência à tribuna, para se pronunciar sobre grandes eventos políticos. Nas vésperas da segunda volta das eleições presidenciais de 1986, homenageando Salgado Zenha, afastado da escolha final, Marques Júnior evidenciou a fidelidade a um dos princípios que lhe eram mais caros. Apelou à necessidade de, pelo voto em Mário Soares, evitar “um clima e uma dinâmica que conduzissem a uma radicalização da sociedade portuguesa, a qual ameaçaria valores fundamentais de tolerância e diálogo e as condições efetivas para a concretização do princípio da alternância democrática”.<sup>2</sup>

Gozando, a justo título, do respeito de todas as bancadas, passou a integrar o núcleo restrito de deputados com intervenção indispensável em debates legislativos sobre temas

<sup>1</sup> <http://tinyurl.com/ns5brxu>.

<sup>2</sup> <http://tinyurl.com/omtwl4o>.

delicados, como o regime do estado de sítio e de emergência<sup>3</sup>, a Lei do Serviço Militar<sup>4</sup>, os programas plurianuais de reequipamento das Forças Armadas<sup>5</sup> e as leis orçamentais. Em ocasiões parlamentares especiais, foi, muitas vezes, escolhido pelos seus pares para evocar em Plenário razões de júbilo ou de luto ou para protagonizar momentos de fiscalização política, através de interpelação ao governo<sup>6</sup> ou até moção de censura como a que, em abril de 1987, levou à queda do governo minoritário liderado pelo primeiro-ministro Cavaco Silva e à subsequente dissolução da Assembleia da República<sup>7</sup>. A leitura das suas intervenções revela um estudo muito cuidadoso de cada tema e também, na relação com os deputados de outras bancadas, a autoridade especial que a sua singular experiência militar e política lhe conferia. Era, contudo, no discreto trabalho em comissão que se revelava especialmente útil a contribuição do deputado Marques Júnior para a crítica de normas que tivesse por questionáveis e para a qualidade das soluções legislativas.

Ciente da dimensão nacional, mas também local, do mandato parlamentar, dedicava ao “trabalho de círculo” uma atenção meticulosa. Acedendo a solicitações de entidades locais de diversa natureza ou por sua própria iniciativa, realizava contactos locais e recebia no Palácio de São Bento quem lhe solicitava audiências, tornando-se um dos mais populares cultores do princípio da “porta aberta”, com consequências bem evidenciadas na apresentação de requerimentos e perguntas ao governo sobre problemas locais, regionais e setoriais ou diligências junto das comissões parlamentares a que pertenceu.

Na V legislatura (1987/1991) – a primeira desde o 25 de Abril com uma maioria absoluta monopartidária – assumiu frontalmente a derrota eleitoral que reduziu a representação parlamentar do PRD. Tendo a maioria anunciado a intenção de “aproximar o texto



Com deputados da Assembleia da República, no dia 25 de abril de 1987.



Marques Júnior e Jorge Sampaio trocam impressões na Assembleia da República, 1987. Fotografia de Rui Ochôa / Expresso.

<sup>3</sup> <http://tinyurl.com/ox6z5qd>.

<sup>4</sup> <http://tinyurl.com/kswwq8a>.

<sup>5</sup> <http://tinyurl.com/pbamwae>.

<sup>6</sup> Como a interpelação sobre o incumprimento da Lei de Defesa Nacional e do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (<http://tinyurl.com/l5arbrn>).

<sup>7</sup> <http://tinyurl.com/q86ho38>.



Visita parlamentar ao porta-aviões americano *USS America*, em Nápoles, 1986.



Reunião da Comissão de Defesa Nacional, 2007.

constitucional da vontade popular” em processo de revisão, possibilitado pela nova legislatura, Marques Júnior pronunciou-se, de imediato, contra o uso da Constituição de Abril como alibi para a não realização de reformas necessárias, apelando à congregação de esforços em termos inovadores: “É necessário e urgente, direi mesmo que é um objetivo nacional e democrático, repensar a oposição em Portugal. Há que eliminar certos conceitos, hoje perfeitamente desajustados, sem, contudo, abdicar de valores e princípios fundamentais, em ordem a construir projetos que sejam verdadeiramente alternativos. A responsabilidade que pesa sobre a oposição em Portugal é muito importante. Há que encontrar uma resposta adequada, moderna, tendo em conta não só as razões históricas, mas também, e principalmente, a realidade que hoje vivemos, realidade que, sendo muito mutável, exige, por isso mesmo, criatividade, lucidez e pragmatismo. É esta uma grande responsabilidade e um desafio que temos de vencer, para construirmos o Portugal moderno em que, para além dos números, contam a solidariedade, a justiça social e a liberdade.”<sup>8</sup>

Esta legislatura pôs à prova a carta de conduta anunciada ao Plenário, conduzindo a quatro anos de intenso trabalho político. Na agenda parlamentar assumiram destaque áreas em que as qualificações de Marques Júnior eram uma mais-valia parlamentar: defesa nacional, serviços de informações e outros temas de segurança interna e externa, relações com a NATO, mas também, porque imprescindível para o seu grupo parlamentar, temas muito diversos como o acesso ao direito e aos tribunais<sup>9</sup>, o Orçamento do Estado<sup>10</sup>, a alienação de participações ou bens e instalações detidas

<sup>8</sup> <http://tinyurl.com/npsbmd2>.

<sup>9</sup> <http://tinyurl.com/oyxbmgz>.

<sup>10</sup> <http://tinyurl.com/p8vrh4c>.



pelo Estado em empresas de comunicação social<sup>11</sup> ou o Relatório Anual do Provedor de Justiça<sup>12</sup>.

Exprimindo, como era expectável, as suas opiniões quanto à política de segurança<sup>13</sup>, ao regime da objeção de consciência<sup>14</sup> e ao Estatuto da Condição Militar<sup>15</sup>, não deixou de se juntar, com êxito assinalável, aos esforços para que a revisão das regras de funcionamento do Parlamento preservasse ampla liberdade de debate<sup>16</sup>. Ajudou, igualmente, a modelar as inovações introduzidas quanto ao Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos<sup>17</sup>, a Lei de Bases da Reabilitação<sup>18</sup> e muitos outros diplomas.

As atas da Comissão Eventual de Revisão Constitucional (CERC) e dos debates em Plenário das alterações aprovadas pela II revisão constitucional revelam que Marques Júnior, deputado, tinha bem presente a experiência da negociação do pacto MFA/partidos. As suas funções no Conselho da Revolução, que influenciara a elaboração da versão originária da Lei Fundamental, tinham-lhe dado conhecimento do terreno e voz credível, que beneficiaram os trabalhos, ajudando aos esforços em prol de uma combinação entre inovação e preservação da identidade constitucional<sup>19</sup>. O clima de trabalho na CERC, arrastado ao longo de muitos meses, com a participação diária de deputados como Almeida Santos, Rui Machete, António Vitorino, Assunção Esteves e José Magalhães, reforçou o interesse de Marques Júnior, incentivado por Miguel Galvão Teles, pelas questões de Ciência Política e Direito Constitucional, aprofundadamente discutidas ao longo de centenas de horas de debate<sup>20</sup>.

Esta experiência terá também contribuído para que viesse a aceitar o convite que, no termo da legislatura, lhe foi



Reunião da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, 2007.



Entrega do parecer do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (CFSIRP) à presidente da Assembleia da República, 2012.

<sup>11</sup> <http://tinyurl.com/mgvfzg6>.

<sup>12</sup> <http://tinyurl.com/konj52v>.

<sup>13</sup> <http://tinyurl.com/npulqy>.

<sup>14</sup> <http://tinyurl.com/qee5h79>.

<sup>15</sup> <http://tinyurl.com/madhn7x>.

<sup>16</sup> <http://tinyurl.com/q8rjj2n>.

<sup>17</sup> <http://tinyurl.com/nqfldga>.

<sup>18</sup> <http://tinyurl.com/o269e9s>.

<sup>19</sup> Os debates estão integralmente acessíveis no arquivo digital das revisões constitucionais em <http://tinyurl.com/kb5azdf>.

<sup>20</sup> <http://tinyurl.com/kob4k2b>.





Sessão solene do 25 de Abril na Assembleia da República, bancada do PS, 25 de abril de 2009.



Sessão solene do 25 de Abril de 2009, na Assembleia da República, com o deputado Osvaldo de Castro.

dirigido por Jorge Sampaio para integrar as listas do PS pelo círculo de Lisboa, como candidato independente, podendo, assim, continuar a dar a sua importante contribuição para a vida parlamentar na VI legislatura (1991/1995).

Como membro do Conselho de Fiscalização do SIRP (Sistema de Informações da República Portuguesa), função à qual se entregou com especial zelo e comprovadas capacidades, deu contribuição qualificada para importantes impulsos de reforma e reforço de controlo parlamentar do SIRP, a cuja fiscalização presidia no momento do falecimento.

Na oposição ou nas fileiras de maioria parlamentar, militou incansavelmente a favor de medidas de morigeração da vida política e de controlo do rendimento e património dos titulares de altos cargos,

definição de incompatibilidades, acesso dos cidadãos às declarações de rendimentos apresentadas por titulares de cargos políticos. Empenhou-se, ainda, na defesa de legislação tendente à preservação da memória histórica da luta contra a ditadura. Mesmo quando não prevaleceram na sua versão originária (v.g. a iniciativa de realização de uma jornada nacional de reflexão denominada dia D da democracia), muitas das ideias por que se bateu (v.g. domínio das relações Parlamento/cidadãos) vieram a ter expressão em práticas hoje adquiridas como o Parlamento dos Jovens e a abertura da Assembleia da República a debates e visitas, em que participam deputados e deputadas de todas as famílias políticas (sendo essa diversidade legítima um dos valores que mais defendeu).

Nas VII (1995/1999), VIII (1999/2002) e IX legislaturas (2002/2005), foi deputado eleito por Viana do Castelo. Nas X (2005/2009) e XI legislaturas (2009/2011), foi deputado eleito pelo círculo do Porto. No ciclo político 1995/2002, fez parte integrante das maiorias parlamentares relativas que deram suporte ao governo liderado pelo primeiro-ministro António Guterres. Neste período, a atividade parlamentar de Marques Júnior evoluiu para uma intervenção altamente especializada, sempre recusando qualquer forma de “arrogância de maioria”. À parte a diversidade inerente ao trabalho de círculo, passou a dedicar-se aos temas da defesa, segurança e direitos, liberdades e garantias, juntando sempre a sua voz autorizada aos esforços de combate à corrupção.

Solidário e atento aos outros, ajudou a pilotar processos como os relativos à lei excecional de apoio aos ex-prisioneiros de guerra em África e o regime de exercício de direitos pelos militares, entre muitos diplomas.<sup>21</sup>



Conferência com a Agência Europeia de Defesa. Marques Júnior ladeado pelos generais Pinheiro Correia, Moura da Fonte e Carvalho dos Reis, à esquerda, e os deputados Joaquim Ponte (PSD) e Agostinho Gonçalves (PS), à direita, 2007.



Reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional, 2008.



Num colóquio na sede da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), 23 de abril de 2009.

<sup>21</sup> <http://tinyurl.com/qd9xwgs>; <http://tinyurl.com/ooqshar>.



Defensor de Moura com Marques Júnior na Assembleia da República, c. 2007.  
Fotografia de César Santos / Revista Visão.

as bancadas, sem exceção, para vos dizer que é em vós, em todos e em cada um, que eu sinto que Abril está vivo, porque Abril é de todos aqueles que das mais diversas formas lutam pela democracia e pela liberdade. E é nesta Assembleia, mesmo no cruzar de uma enorme diversidade de posições ideológicas, que, em muitas ocasiões, sentimos os momentos de tensão que antecipam aquelas que são as nossas vitórias coletivas. Aqui sente-se, nas mais diversas situações e contradições, a luta por uma sociedade melhor.

Para quem tem a honra de representar os eleitores, que mais pode desejar um deputado capitão de Abril?”

A presença de Marques Júnior no Conselho Superior de Defesa Nacional e no Conselho das Ordens Nacionais Honoríficas Portuguesas realça, também, o culminar de um percurso reconhecido, por largo consenso, como civicamente exemplar.

Durante 25 anos, foi o mais requestado dos conferencistas parlamentares, por ocasião das celebrações do 25 de Abril por todo o país. Honrou a Assembleia sempre que, do alto da tribuna parlamentar, de cravo vermelho ao peito, contendo dificilmente as lágrimas, foi chamado a usar da palavra sobre esse “dia inicial inteiro e limpo” que ajudou a fazer nascer e sobre os sonhos de futuro que continuará a inspirar.

Marques Júnior na Assembleia da República, 2009 >  
Fotografia de Sérgio Lemos.

<sup>22</sup> <http://tinyurl.com/o58kosf>.

<sup>23</sup> <http://tinyurl.com/o58kosf>.







“Recusando, sempre, mediatismo, intervém, muitas vezes de forma decisiva, na conturbada transição democrática, mantendo sempre estrita fidelidade às promessas e às decorrentes obrigações de Abril, consagradas no programa do MFA (...)

Que lenitivo seja lembrar quanto este homem deu – deu à sua família, aos seus amigos, à sua pátria. E tanto deu que, se merece lugar no nosso coração e na nossa memória, lugar merece, também, e lugar de devido relevo, na História, na nossa História, sobretudo pelo seu caráter, pela sua honradez, pelo seu patriotismo, pela sua ação de sempre dedicadamente servir e de nunca se servir.”

Testemunho do general Ramalho Eanes na missa fúnebre, 2 de janeiro de 2014.





"Cravos do Abril que sempre sonhaste". Escultura de José Aurélio, setembro de 2013.  
Cemitério de São Martinho de Bornes, Pedras Salgadas.





QUE  
ABRIL  
DO  
CRAVOS

ANTÓNIO MARQUES JUNIOR  
1946 - 2012

SEMPRE  
SONHASTE





## FICHA TÉCNICA

### TÍTULO

António Alves Marques Júnior – Homenagem ao “Deputado Capitão de Abril”

### TEXTOS

Família Marques Júnior

Aniceto Afonso

José Magalhães

### EDIÇÃO

Divisão de Edições da Assembleia da República

### COORDENAÇÃO EDITORIAL

Conceição Garvão e Teresa Fonseca

### FOTOGRAFIAS

Arquivo Histórico Parlamentar

Coleções particulares

### DESIGN E PAGINAÇÃO

Linha de Letras/Miguel Gaspar, Beatriz Horta Correia

### IMPRESSÃO

Soartes-Artes Gráficas, Lda.

1000 exemplares

Depósito legal n.º 373786/14

ISBN 978-972-556-620-6

Lisboa, abril de 2014

© Assembleia da República

Direitos reservados, nos termos do artigo 52.º da lei n.º 28/2003, de 30 de julho

[www.parlamento.pt](http://www.parlamento.pt)

**PUBLICAÇÃO GRATUITA**

